

**Asilo-Escola Agrícola
DE BARCELOS
(Gonçalo Pereira)**

RELATÓRIO DA COMISSÃO DIRECTORA



1934

Companhia Editora do Minho
BARCELOS



B)
64.446(469.12)(047.3)
SI

Asilo-Escuela Agrícola

DE BATELOS

PROVINCIA DE CÁDIZ

INSTITUTO DE COMERCIO INTERIOR



Asilo-Escola Agrícola

DE FAMILIARES

DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO DA COMISSÃO DIRECTORA

RELATÓRIO DA COMISSÃO DIRECTORA

RELATORIO DA COMISSÃO DIRETORA

Asilo-Escola Agrícola
DE BARCELOS
(Gonçalo Pereira)

RELATÓRIO DA COMISSÃO DIRECTORA



1934
Companhia Editora do Minho
BARCELOS

MUNICIPIO DE BARCELOS

BIBLIOTECA MUNICIPAL

Nº 65226

Barcelhano

Asilo-Escola Agrícola

DE BARCELLOS

(Gonçalo Pereira)

RELATÓRIO DA COMISSÃO DIRECTORA



1934

Companhia Editora do Minho
BARCELLOS

MUNICÍPIO DE BARCELLO

BIBLIOTECA MUNICIPAL

N.º 6228

ASILO-ESCOLA AGRÍCOLA

DE

BARCELOS



Sabe-se em Barcelos que o grande benemérito Gonçalo Alfredo Alves Pereira criou nesta cidade, um instituto de beneficência e instrução a que deu o nome de Asilo-Escola Agrícola de Barcelos, dotando-o com um importante capital: Sabe-se que êsse estabelecimento, instalado provisória e precariamente, na Quinta do Bom Sucesso, arrendada para êsse fim, viveu 7 anos a título de ensaio ou experiência; procurando-se entretanto fazer a sua instalação definitiva em edifício e propriedade própria: Sabe-se que não se conseguiu até hoje, completar o generoso pensamento do Instituïdor; e que foi encerrado o pequeno estabelecimento de ensaio, que alguns benefícios produziu a favor dos desprotegidos rapazes dêste concelho.

O que se não sabe, mas é conveniente saber, é as razões, os obstáculos, a absoluta impossibilidade que a comissão directora do Asilo-Escola tem encontrado, para atingir a realização completa e definitiva do seu desideratum.

E é preciso saber-se, como preito da devida homenagem à memória do Insigne Instituidor; como apêlo ao Poder Central, entidade única competente para resolver as dificuldades; e, finalmente, como justificação perante o público do pouco ou muito que a comissão tem feito, no caminho das realizações.

Com êste intuito, vem a comissão directora do Asilo-Escola Agrícola de Barcelos, trazer ao conhecimento dos barcelenses e de todos que por êle se interessam um singelo, mas claro, relatório dos seus trabalhos, ilucidado com elementos demonstrativos das suas contas.

Narração dos factos

Em fins do ano de 1906, Gonçalo Pereira, escolheu entre os seus numerosos amigos desta cidade, cinco dos mais dedicados, para lhes comunicar o seu generoso pensamento e cometer o encargo de lhe dar realização prática. O grupo de amigos aceitou com o maior prazer a incumbência, e começou pela organização dos estatutos, solicitando, nesse ponto, os trabalhos de Bazílio Teles, a quem o Instituidor comunicou os seus desejos e todos os detalhes e pontos em que baseava a sua instituição. Feita a minuta, revista e aprovada pelo Instituidor e comissão, foram os estatutos reduzidos a escritura pública de 15 de fevereiro de 1907,

lavrada pelo notário A. G. Moreira. Os trabalhos preliminares da instalação começaram em 16 de dezembro de 1906, data da primeira dádiva de 250.000 réis entregue pelo Instituidor. Contratou-se desde logo o regente agrícola Eduardo Larcher Marçal, para dirigir o ensaio agrícola, e o professor particular Nunes Pereira, para a instrução primária; e logo em fevereiro de 1907 foram admitidos e internados na Quinta do Bom Sucesso, para tal fim arrendada, 12 alunos, que para mais não havia acomodação, entrando-se dêste modo em franca, se bem que provisória, execução dos estatutos.

Êste diploma, porque, por condição imprescindível do Instituidor, outorgava à comissão directora uma autonomia que as leis de então não permitiam, não conseguiu aprovação no Governo Civil do distrito.

Por felicidade dirigia então o distrito o conselheiro Dr. Amorim Leite, barcelense ilustre que, com superior critério, nos prometeu tôda a tolerância para não impedir a realização de tam útil melhoramento. Assim foi que o funcionamento provisório se protelou até 1911, pois que só por alvará de 30 de janeiro daquêle ano foram os estatutos aprovados.

Em 12 de maio de 1911, por escritura lavrada na nota do notário António Justiniano Silva, de Barcelos, foi feita então a doação de 300 contos nominais em obrigações da dívida pública brasileira federal, de 5 por cento, para Fundo inalienável; doação que, em todo o caso, ficou sujeita a diversas condições, entre as quais a da reserva do usufruto a favor do doador, enquanto vivo; e a de sempre se conservar êste Fundo em títulos do Governo Brasileiro. Dêste modo o rendimento do Fundo

não passou desde logo, para a posse do Asilo-Escola; mas a sua vida modesta e provisória continuou, porque o Instituidor se comprometeu a continuar a subsidiá-la com cêrca de dois contos de réis anuais. Entretanto êsse grande benemérito tinha resolvido não limitar a sua generosidade à doação com reserva de usufruto, e ao subsídio anual enquanto subsistisse a reserva: E então, pouco depois, por escritura de 23 de outubro de 1911, nas notas de Monteiro, fez também doação da sua Quinta da Bagoeira, para a definitiva instalação do seu Asilo-Escola; e se bem que ainda nessa escritura reservasse também para si, o usufruto dêsse prédio, prometeu verbalmente pagar de seu bôlso tôdas as despesas com a construção do edifício necessário; despesas essas orçadas em 40 contos segundo o projecto e orçamento do arquiteto Moura Coutinho.

A comissão directora, habilitada assim com a aprovação dos estatutos; com a doação do Fundo; com a doação da Quinta, parte rústica necessária; e com a promessa do custeamento das despesas para a parte urbana: desenvolveu com a possível celeridade, as demarches necessárias para a aquisição do terreno que era imprescindível para a construção do edifício: Encontrou, porém, uma opposição cerrada da parte da possuidora dêsse terreno; e tentou a expropriação pedindo ao Govêrno que ela fôsse decretada por utilidade pública: O Govêrno, por consulta do Procurador Geral da República, não a concedeu porque a lei, então vigente, não a permitia.

Pouco depois foi publicada a lei de 26 de julho de 1912, e então ao abrigo dessa lei, requereu a comissão, no juízo de Direito desta

comarca, o respectivo processo para a expropriação a arbitramento da competente indenização. De novo a oposição tenaz da exproprianda embarçou de tal modo, os desejos dos expropriantes e os do Instituidor, que êste inteiramente dominado por um desgosto profundo, e vendo-se mal compreendido pelos seus conterrâneos, suspendeu a concessão de todos os benefícios; e, arrependido de ter escolhido a sua Quinta da Bagoeira para a instalação, propôs à comissão directora a recisão pura e simples da doação já feita dêsse prédio. Não podíamos, nós, aceitar essa proposta sem compensações; mas tivemos de nos resignar a encerrar o estabelecimento por falta de recursos financeiros.

Em 30 de novembro de 1914, fizemos o encerramento, despedimos o pessoal, entregamos a Quinta do Bom Sucesso à proprietária e liquidamos por meio de venda todo o mobiliário, e semoventes. Seguiu-se um período de desalento e inactividade que todavia não foi bastante para acalmar a irritação que dominava o nosso bemfeitor: Até que em 1919, não desistindo da ideia de anular a doação da Quinta da Bagoeira, veio espontâneamente oferecer, em troca dessa anulação, a doação do usufruto dos 300 contos brasileiros, cuja propriedade já nos tinha doado. Era um novo e importante benefício para a nossa instituição, pois o seu valor excedia em muito o da Quinta da Bagoeira. Aceitamos com reconhecimento, e nessa conformidade se lavrou a escritura de 24 de março de 1919, notário Dr. Ponce de Leão, do Pôrto, sendo êsse contrato confirmado e aprovado pela Portaria n.º 1784 publicada em 10 de maio de 1919 no Diário do Govêrno n.º 98 — 1.ª série.

Foi então que orientamos os nossos trabalhos no sentido de averbar os títulos doados ao nosso instituto para podermos receber os respectivos juros, e com êsse rendimento, visto que não tínhamos outra receita, prepararmo-nos para as despesas da instalação, aquisição do prédio, construção do edifício etc. Também o averbamento dos títulos no Brasil foi cercado de obstáculos que o demoraram até 1922, motivo porque só nesse ano se receberam os juros dos 5 semestres vencidos desde a doação, 2.º de 1919, 1.º e 2.º de 1920 e 1.º e 2.º de 1921.

Para entretanto se exercer alguma acção benéfica a favor dos desprotegidos, fizemos internar na Escola Prática de Agricultura de Santo Tirso, um grupo na média de 12 alunos que subsidiamos, e que ali fizeram a sua aprendizagem desde 1921 até ao presente.

Simultâneamente fizemos diversas tentativas para a compra amigável de prédio aonde viesse a fazer-se a instalação definitiva do Asilo. Quizemos adquirir a Quinta do Paço Velho, depois a Quinta do Rio, e por último a Quinta do Sancho. Só achamos na última, rasoável concordância da parte dos vendedores; e por isso em 1930 realizamos o ajuste da compra que levamos a efeito por escritura de 22 de junho de 1931, notário Dr. Porfírio da Silva.

Dir-se-ia que ficamos desde então, habilitados para, folgadoamente, executar o pensamento do Instituidor, levar ao fim a instalação do Asilo. Mas não é assim. O Fundo do Asilo, como já dissemos, é inalienável, e inconvertível em moeda portuguesa. Afora êsse capital o nosso balanço de 1931 encerrou-se com um

saldo no activo de 509.979\$61, no qual se comprehende a Quinta do Sancho e pertenças no valor de 222.118\$42 ficando dêste modo, disponível para a construção do edificio e despesas de instalação, que são importantes, a verba de 287.861\$19. Contando então com os juros do Fundo, e com a capitalização que de há anos vimos fazendo dêsse e de outros rendimentos já capitalizados, preparamos-nos com o projecto da obra a edificar e respectivo orçamento, trabalho que cometemos ao distinto e bem conhecido architecto José Vilaça; e esperamos pelo momento em que a capitalização das nossas disponibilidades nos permita fazer face às despesas da edificação. Êsse momento não chegou ainda; e infelizmente está ainda longe, porque ao passo que os rendimentos que temos em Portugal vão aumentando em progressão geométrica, os do Brasil sofrem as consequências da baixa cambial, e, o que é mais grave, a impossibilidade da transferência para o nosso país, resultante das medidas adoptadas pelo governo brasileiro, como é do conhecimento de todos. Temos lá, já congelados os rendimentos dos 4 semestres de 1932 e 1933, na importância de 30 contos brasileiros.

Para a despesa com a edificação do edificio central, dependências, gados, máquinas e alfaias agrícolas etc., devemos contar com uma despesa não inferior a 600 contos. Mas não é tudo: Feita essa despesa ficamos sem a receita precisa para a manutenção do Asilo. Mesmo que as dificuldades do Brasil venham a resolver-se, a verdade é que hoje, com a depreciação da moeda brasileira, o rendimento do nosso Fundo, é insufficientíssimo para a sustentação do nosso instituto. Atenda-se a que na data

da doação, o rendimento das apólices doadas podia calcular-se em cêrca de 1.250 libras anuais, e que hoje não vai além de 200 libras.

Que fazer nesta situação? Dar comêço à construção do edificio e levá-lo até aonde os nossos recursos pecuniários o permitir? Achamos imprudente e arriscado êsse caminho, porque vamos gastar, sem proveito immediato, o resultado de muitos anos de capitalização, e sacrificar uma fonte de receita que é presentemente, a nossa única base para uma esperança, ainda que remota, da realização futura do nosso desideratum. Fundido no comêço da construção dos edificios o capital que temos disponível, continuaremos, do mesmo modo, sem o funcionamento e benefícios do Asilo-Escola, e absolutamente impossibilitados de prosseguir, por falta de receita. Ao passo que prosseguindo na orientação de ir amealhando os saldos, capitalizando-os para novo rendimento, chegaremos a um momento, tarde ou cedo, de podermos realizar o nosso propósito.

Apêlo ao Poder Central

Mas há uma outra solução para as dificuldades presentes do Asilo-Escola Agrícola de Barcelos. É o auxílio do Estado. Êsse não está nas mãos desta comissão directora, nem depende da nossa vontade, que já foi manifestada ao nosso conterrâneo e distinto barcelense, Major de Engenharia, Francisco Caravana, quando Governador Civil de Braga.

E sendo certo que no programa político actual do Govêrno está o desenvolvimento da instrução profissional agrícola e o auxílio e participação das despesas com tôdas as obras de interêsse público: é para o Govêrno da Nação que apelamos, pedindo a sua eficaz ajuda nesta cruzada, encetada há 27 anos e que julgamos, pelo momento, insolúvel sem o seu patrocínio.

Às entidades e pessoas representativas do nosso concelho pedimos também nos secudem neste apêlo, a favor da infância masculina desprotegida e da instrução agrícola, tam carecidas, uma e outra da protecção do Estado, neste concelho.

Contas

Para melhor ilucidação dêste relatório, oferecemos à atenção do público, os elementos colhidos dos nossos livros de contas que em seguida publicamos.

Alguns deles, porém, precisam das seguintes explicações, para melhor apreciação.

No activo do último balanço, referente a 31 de dezembro de 1933 figura a verba de 222.929\$50 em papéis de crédito: Essa verba, hoje elevada a 247.724\$50 representa a conversão dos bilhetes do tesouro, cujo reembôlso, tivemos de aceitar em obediência às determinações do Ex.^{mo} Ministro das Finanças; mas o seu valor está garantido até com alguma margem de lucros, visto que as actuais cotações são superiores ao preço das aquisições.

A verba de 52.461\$54 que figura como devedores, está na mão de particulares, nem

tôda com o nosso assentimento; mas sim, e a maior parte, por virtude de circunstâncias especiais. Em todo o caso esta comissão não repudia a responsabilidade jurídica, ou moral, que lhe cabe; e garante pela sua solidariedade pessoal, o seu completo reembolso.

No rendimento da Quinta do Sancho, nota n.º 2, ainda não está compreendida a pensão em cereais recebida no S. Miguel de 1933, porque existe em espécie, e só costuma figurar nas contas quando é convertida em dinheiro.

A soma de 420.738\$61, recebida de juros do nosso Fundo em títulos brasileiros, nota n.º 6 não compreende os já recebidos pela nossa procuradora, Agência do Banco Nacional Ultramarino, respeitantes aos 4 semestres dos 2 últimos anos, 1932 e 1933. São mais 30 contos brasileiros que lá estão gelados, e que convertiremos e escrituraremos na nossa moeda, quando se der a oportunidade.

A nota n.º 12, despesas de administração, representa pequenos gastos, provenientes de selos e postais para correspondência, emolumentos, registos de procurações para o Brasil, despesas com os processos tentados para expropriação, honorários e selos da escritura de compra da Quinta do Sancho, etc.

Cabe aqui lugar para agradecermos ao Ex.^{mo} Snr. Conselheiro Sá Carneiro, os importantes serviços que sempre nos prestou como advogado, gratuitamente, em todos os casos e ocasiões em que solicitamos o seu auxílio.

Homenagem ao Instituidor

Fechamos o nosso relatório apresentando à veneração pública dos Barcelenses a memória desse alto espírito, verdadeiro modelo de todas as virtudes cívicas: Dêsse Homem que em vida sempre nos guiou na administração da instituição por êle criada para bem dos desprotegidos: Ao Insigne Barcelense, tam modesto na sua vida particular, quanto grandioso e nobre na distribuição e prática do Bem.

A Gonçalo Alfredo Alves Pereira, o preito da nossa admiração e homenagem.

Barcelos, 15 de Abril de 1934.

Augusto Matos Lopes de Almeida
António Augusto Almeida Azevedo
José Casimiro Alves Monteiro
Manuel Cardoso de Albuquerque
Humberto Carmona Coelho Gonçalves

Homagem ao Instituto

O Instituto de Estudos Brasileiros é uma instituição
 de ensino superior, criada em 1950, com o intuito de
 promover o desenvolvimento científico e cultural do Brasil.
 Sua atuação é voltada para a pesquisa e a difusão
 dos conhecimentos produzidos no país e no exterior.
 O Instituto possui uma estrutura administrativa bem
 organizada, com uma equipe de profissionais qualificados
 para desempenhar suas funções. Sua sede está localizada
 em São Paulo, onde realiza suas atividades principais.
 O Instituto é reconhecido nacionalmente e internacionalmente
 por sua qualidade acadêmica e por sua contribuição para
 o conhecimento da cultura e da história do Brasil.

1950 - Fundação do Instituto

- Augusto M. de Moraes
- Antônio Augusto de Moraes
- José Carlos de Moraes
- Luiz Carlos de Moraes
- Luiz Carlos de Moraes

Balanco em 31 de Dezembro de 1934

ACTIVO

300.000,00	Fundo da Instituição, no Brasil
25.250,00	Dividendo em caixa
	na Caixa Geral dos
18.125,00	Depósitos
25.000,00	Bilhetes do Tesouro
20.000,00	Papéis de crédito
22.401,54	Débitos
230.000,00	Imobilizações
<u>414.307,54</u>	

CONTAS

PASSIVO

414.307,54	Instituição
------------	-------------

Está conforme

Parceiros 14 de Abril de 1934

O Director

Dr. Augusto Augusto Almeida Amador

Balanço em 31 de Dezembro de 1933

ACTIVO :

Fundo da Instituição, rio Brasil	300.000\$00
Dinheiro em caixa	255\$56
» na Caixa Geral dos	
Depósitos	13.115\$65
Bilhetes do Tesouro	25.000\$00
Papeis de crédito	222.929\$50
Devedores	52.461\$54
Imobiliários.	<u>230.604\$90</u>
	844.367\$15

PASSIVO :

Instituidor	<u>844.367\$14</u>
-----------------------	--------------------

Está conforme

Barcelos 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

**Nota do resultado geral da receita e despesa desde a sua
criação, em 1907 até 31 de Dezembro de 1933**

RECEITA :

Subsídio recebido do Instituidor	18.134\$21
Fundo, (em moeda brasileira 300.000\$00).	300.000\$00
Juros resultantes dos saldos capitalizados.	211.573\$79
» do Fundo doado pelo Istituidor	420.738\$61
Lucros na venda de títulos de crédito.	17.265\$00
» da exploração agrícola	74\$94
Trabalhos externos.	273\$32
Rendimento da Quinta do Sancho	11.337\$45
Resultado da compra e venda de gado	403\$84
Total	<u>980.468\$16</u>

DESPESA :

Com os alunos :

Na Quinta do Bom Sucesso:		
Alimentação.	7.629\$72	
Roupas	2.566\$18	
Escolas	5.107\$86	15.303\$76
Internato na Escola de Santo Tirso	<u>117.774\$69</u>	133.078\$45
Alfaias e utensílios agrícolas		674\$52
Instalação, expediente e administração.		2.348\$04
Soma		<u>136.101\$01</u>
Saldo, balanço de 31 de Dezembro de 1933.		844.367\$15
Total		<u>980.468\$16</u>

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Nota dos subsídios recebidos do Instituidor nos anos abaixo indicados:

Em 1906-15 de Dezembro	250\$00
» 1907	2.600\$00
» 1908	1.378\$08
» 1909	2.195\$08
» 1910	1.231\$24
» 1911	2.513\$28
» 1912	911\$08
» 1913	4.055\$45
» 1914	<u>3.000\$00</u>
Soma	18.134\$21

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Nota dos saldos do activo apurados nos balanços anuais desta instituição

Anos	Importâncias	Anos	Importâncias
1907	377\$44	1921	306.674\$37
1908	623\$18	1922	376.059\$59
1909	1.430\$83	1923	435.864\$43
1910	1.232\$13	1924	439.500\$30
1911	2.094\$96	1925	524.457\$92
1912	1.356\$94	1926	555.396\$34
1913	3.256\$14	1927	624.552\$78
1914	3.072\$50	1928	679.912\$70
1915	3.253\$97	1929	732.973\$32
1916	3.316\$14	1930	752.845\$04
1917	3.475\$55	1931	809.979\$61
1918	3.554\$42	1932	836.161\$57
1919	307.701\$53	1933	844.367\$15
1920	308.051\$03		

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Nota do rendimento dos capitais colocados em Bilhetes do Tesouro, Títulos de crédito, e devedores particulares, nos anos abaixo designados

Anos	Importâncias	Anos	Importâncias
1910	9\$22		5.765\$32
1911	22\$40	1923	7.706\$10
1912	11\$50	1924	12.848\$24
1913	74\$20	1925	23.236\$51
1914	80\$43	1926	21.175\$90
1915	9\$79	1927	23.148\$00
1916	141\$17	1928	27.498\$80
1917	84\$41	1929	27.476\$87
1918	78\$87	1930	14.702\$06
1919	188\$05	1931	21.309\$03
1920	275\$37	1932	15.244\$20
1921	612\$15	1933	11.462\$76
1922	4.177\$76		211.573\$79
	5.765\$32		

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director

António Augusto Almeida Azevedo

**Nota das importâncias recebidas provenientes dos juros respeitantes
ao Fundo da Instituição**

Em 1919 — respeitantes ao 1.º semestre	4.109\$84
Em 1922, idem do 2.º semestre de 1919, 1.º e 2.º de 1920 e 1.º e 2.º de 1921	67.140\$00
Em 1923, idem do 1.º e 2.º semestres de 1922 e 1.º de 1923	59.851\$27
Em 1925, idem do 2.º semestre de 1923, 1.º e 2.º de 1924 e 1.º de 1925	73.628\$15
Em 1926, idem do 2.º semestre e de 1925	19.891\$65
Em 1927, idem do 1.º e 2.º semestres de 1926 e 1.º de 1927	57.521\$70
Em 1928, idem do 2.º semestre de 1927 e 1.º de 1928	38.630\$35
Em 1929, idem do 2.º semestre de 1928 e 1.º de 1929	39.616\$10
Em 1931, idem do 2.º semestre de 1929 e 1.º e 2.º de 1930 e 1.º de 1931	45.845\$55
Em 1932, idem do 2.º semestre de 1931	14.504\$00
Soma	<u>420.738\$61</u>

Está conforme

Barcelos 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Nota de diversas receitas arrecadadas nos anos abaixo designados

Anos	Trabalhos externos	Lucro em títulos de crédito	Rendimento líquido da Quinta do Sancho
1907	13\$35		
1908	40\$78		
1909	48\$54		
1910	58\$21		
1911	31\$59		
1912	38\$64		
1913	27\$06		
1914	15\$15		
1930		17.265\$00	
1931			2.666\$30
1932			4.917\$35
1933			3.753\$80
	273\$32	17.265\$00	11.337\$45

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Nota dos lucros e perdas da exploração agrícola nos anos abaixo designados

Anos	Lucros	Perdas
1907		165\$55
1908		149\$14
1909	178\$90	
1910	200\$22	
1911	183\$69	
1912	226\$33	
1913	60\$13	
1914	49\$81	
1915	76\$10	
1916	29\$60	
1917	51\$85	
	1.056\$63	314\$69

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Nota da receita e despesa pela venda e compra de gados na
Quinta do Bom Sucesso

Anos	Produto das vendas	Produto das compras
1907		255\$61
1908		15\$95
1909	115\$90	
1910		30\$00
1911		13\$50
1912		22\$84
1914	300\$00	
1916	47\$44	
1917	75\$00	
1920	203\$40	
	741\$74	337\$90

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Nota das despesas com os alunos nos anos abaixo designados

Anos	NA QUINTA DO BOM SUCESSO			Internato na Escola de Santo Tirso
	Alimentação	Roupas	Escolas	
1907	615\$74	586\$66	515\$78	
1908	707\$19	271\$38	525\$79	
1909	867\$24	190\$03	518\$46	
1910	907\$55	305\$28	510\$71	
1911	1.020\$40	282\$68	564\$54	
1912	1.136\$25	224\$61	504\$12	
1913	1.344\$86	410\$78	561\$98	
1914	1.030\$49	293\$76	1.406\$48	
1921				1.922\$51
1922				1.888\$04
1923				7.653\$68
1924				9.212\$37
1925				11.907\$04
1926				10.129\$13
1927				11.006\$86
1928				10.769\$23
1929				14.032\$35
1930				12.095\$34
1931				11.898\$27
1932				8.377\$39
1933				6.882\$48
	7.629\$72	2.566\$18	5.107\$86	117.774\$69

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Nota das despesas feitas com alfaias e utensílios agrícolas na Quinta do Bom Sucesso, nos anos abaixo designados

Anos	Impor- tância
1907	293\$42
1908	59\$05
1909	112\$59
1910	8\$40
1911	140\$57
1912	37\$76
1913	\$
1914	22\$74
	<hr/> 674\$53

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Nota das despesas de instalação, expediente e administração nos anos
abaixo designados

Anos										Importân- cias
1907	53\$15
1908	16\$17
1909	6\$55
1911	45\$44
1916	156\$04
1919	202\$63
1920	129\$27
1921	66\$30
1922	44\$50
1923	98\$85
1926	506\$40
1931	788\$04
1932	106\$20
1933	128\$50
										2.348\$04

Está conforme

Barcelos, 14 de Abril de 1934

O Director,

António Augusto Almeida Azevedo

Relação dos alunos subsidiados pelo Asilo-Escola frequentaram a Escola Prática de Agricul

Nomes	Data do nascimento
Alberto Paula	4-2-906
Baltazar Angelino	21-8-909
Joaquim Lopes da Silva	18-9-909
Joaquim Albino	2-7-906
José Cardoso Carneiro da Silva	3-7-912
José Azevedo da Silva Lopes	10-8-914
Manuel de Sousa Freitas	3-11-914
Joaquim Rodrigues Alves	28-6-910
José Baptista Faria das Dores	29-6-910
Evaristo da Silva Martins da Costa	4-6-915
Artur Emídio Cardoso	20-7-915
Manuel Faria das Dores	19-8-914
António Fernandes Gonçalves	20-6-912
Luis Afonso Rodrigues	16-8-912
Aires Marques	1-3-916
João da Silva	19-4-915
Manuel Fernandes Gonçalves	1-12-917
António Tôrres de Lima	26-7-914
Eduardo Alves de Miranda	30-5-918
Domingos Pereira Duarte	24-1-916
António José Veloso	14-2-921
José Belmiro da Conceição	24-12-918
Domingos Costa	3-11-917
Manuel Gomes Garrido	7-11-919
Manuel Horácio Rodrigues de Magalhães	11-9-922

Santo Tirso, 12 de Maio de 1934

**Agrícola de Barcelos "Gonçalo Pereira", que
tura "Conde de S. Bento" — Santo Tirso**

Freguesia	Data da entrada na Escola	Data da saída da Escola
	15-10-920	Agosto . . 924
Santa Leocádia	15-10-920	Outubro . . 927
Vilar de Frades	15-10-920	Setembro . . 922
Arcozelo	15-10-920	Julho. . . . 924
Barcelinhos	15-10-920	Novembro . . 931
Madalena de Vilar	18-11-922	Março 930
Arcozelo	18-11-922	Novembro . . 923
Vila Frescaínha	18-11-922	Agosto 927
Barcelinhos	18-11-922	Dezembro . . 929
Madalena de Vilar	18-11-922	Julho. 933
Tamel	18-11-922	Julho. 933
Barcelinhos	2-12-924	
Vila Frescaínha	8-11-924	Março 929
Panque	8-11-924	Abril. 926
Santa Maria Maior	8-11-924	Junho 931
Abade do Neiva	9-12-924	
Vila Frescaínha	10-11-925	Fevereiro . . 929
Barcelinhos	10-11-925	Junho 931
Arcozelo	13-12-927	Junho 931
S. Tiago do Couto	13-12-927	Junho 931
Vila Frescaínha	19-11-928	Junho 931
Santa Eugénia	19-11-928	Junho 931
Carapeços	19-11-928	Junho 931
Barcelinhos	19-11-928	Junho 931
Cambezes	16-10-930	Junho 931

O Director,

Eurico Lobo Gomes da Silva

Fernão
Pereira

Arcebispo - Geriada

Regua - Comprehensão de 10 Provincas de Officia

Barcelos

biblioteca
municipal
barcelos



65226

Asilo-Escola Agricola de
Barcelos (Gonçalo Pereira)